



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 319 /2016
28ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 22.02.2016
PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/0165/2012
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/2011.14733-8
AUTUANTE: SILVIO ROBERTO M MAIA – MAT.: 036.146-1-1
RECORRENTE: M SOARES DA SILVA
RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ GONÇALVES FEITOSA

EMENTA: ICMS. OMISSÃO DE SAÍDAS. DIFERENÇA A MAIOR ENTRE AS VENDAS REALIZADAS POR MEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO E AS REGISTRADAS NAS DIEF'S. Infração constatada mediante o cotejo entre as vendas declaradas nas DIEF's e as operações realizadas constantes nos relatórios das Administradores de Cartão de Crédito/Débito. Auto de infração julgado **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, em razão da redução da base de cálculo da autuação com base em laudo pericial. Infringência ao art. 169, I e 174, I, ambos do Dec. nº 24.569/97, com penalidade prevista no art. 123, inciso III, alínea "b" da Lei nº 12.670/96. Recurso ordinário conhecido e provido em parte. Decisão unânime e conformidade com a manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

Descreve a peça basilar:

“Falta de emissão de documento fiscal, em operação ou prestação acobertada por nota fiscal modelo 1 ou 1A e/ou série “D” e cupom fiscal.

Constatamos omissão de vendas tributadas, relativo as diferenças das vendas de cartão de crédito e débito maiores que as vendas declaradas na DIEF no período de 2010, conf. inf. da Administ. de Cartão, cópias das planilhas e informação complementar anexos”.

Dispositivos Infringidos: Arts. 127, 169, 174 e 177, todos do Decreto 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, "B" da Lei 12.670/96 alterado pela Lei 13.418/03.

O crédito tributário lançado na peça inicial apresenta a seguinte composição: Base de cálculo R\$ 589.638,58; ICMS R\$ 100.238,56 e MULTA R\$ 176.891,59

As Informações Complementares que repousam às fls. 03/04, a agente fiscal detalhou os procedimentos utilizados na apuração do movimento real tributável.

Instruem os autos: Ordem de Serviço nº 2011.38065 (fls. 05); Termo de Início de Fiscalização nº 2011.32546 (fls. 06); Termo de Conclusão de Fiscalização nº 2011.34181 (fls. 07)..

O lançamento está embasado nas planilhas apenas às fls. 08 a 23 dos autos.

Defesa tempestiva às fls. 33 a 41 dos autos. Por meio da defesa foram anexados os documentos de fls. 45 a 130 dos autos.

O processo foi julgado PROCEDENTE em 1ª Instância, conforme fls. 135 a 141 dos autos.

Recurso Ordinário (fls. 145 a 151) dos autos.

A Assessoria Processual Tributária por meio do Parecer nº 156/2015 (fls. 155/158) recomendou a manutenção da decisão condenatória exarada em 1ª Instância.

Por ocasião da 121ª sessão de julgamento da 1ª Câmara do Conselho de Recursos tributários, deliberou-se pela conversão do curso do processo em diligência, objetivando incluir no levantamento às operações interestaduais declaradas na DIEF, conforme fls. 160 a 163 dos autos.

O resultado da perícia está plasmado no Laudo de fls. 164 a 170 dos autos, por meio do qual se apurou que o montante da omissão de saídas importava R\$ 208.854,65 (duzentos e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de Auto de Infração lavrado sob o fundamento de que o contribuinte, acima nominado, promoveu a venda de mercadorias sem a emissão dos documentos fiscais correspondentes, no montante de R\$ 589.638,58 (quinhentos e oitenta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme as informações prestadas pelas administradoras de cartão de crédito/Débito e comparadas com as informações declaradas pela autuada à SEFAZ, através da DIEF, atinente as operações realizadas no exercício de 2010.



Os consumidores brasileiros utilizam cada vez mais os cartões de crédito/Débito na de aquisição de mercadorias e/ou bens dada a praticidade e prazo concedido para pagamento. A partir desta constatação, a análise das operações realizadas pelas administradoras de cartão de crédito/débito junto às empresas passou a ser uma ferramenta útil na fiscalização do ICMS.

Por sua vez, o legislador estadual no intuito de criar mecanismos legais visando acompanhar as operações realizadas pelos consumidores cujo pagamento se processou por meio de cartão de crédito/débito estabeleceu por meio da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.975/2007, a obrigatoriedade de as administradoras de cartão de crédito/débito de fornecer informações sobre as operações e prestações realizadas pelos estabelecimentos, a teor dos art. 82, X e 82-A, da referida lei.

Art. 82. Mediante intimação escrita, são obrigado a exibir ou entregar, conforme o caso, mercadoria, documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos, de natureza fiscal ou comercial relacionados com o ICMS, bem como prestar informações solicitadas pelo Fisco:

X - as administradoras de cartões de crédito ou débito, ou estabelecimento similar;

Art.82-A. Sem prejuízo do disposto no inciso X do art. 82, as administradoras de cartões de crédito ou débito, ou estabelecimento similar, ficam obrigadas a fornecer à Secretaria da Fazenda do Estado, nas condições previstas em regulamento específico, as informações sobre as operações e prestações realizadas pelos estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam feitos por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares.

Vale destacar que os relatórios oriundos das operadoras de cartões de crédito/débito apresentam as vendas detalhadas por operação, por data de operação, com totalização mensal, portanto, bastante claro o trabalho fiscal realizado.

Constata-se que a Fiscalização executou o trabalho tomando como referência as informações que tiveram como lastro as operações realizadas pela própria autuada e esta não apresentou qualquer prova contrária aos valores apresentados, limitando-se, apenas, a arguir a inexistência de elementos probatórios fundamentadores da autuação.

Na realidade, a verificação do montante sonegado foi obtido a partir dos dados colhidos junto às administradoras de cartões de crédito/débito, sendo realizada uma operação aritmética que demandou análise e a aplicação precisa da lei.

No presente caso, os agente fiscais adotaram a técnica de comparar o valor das vendas declaradas pela autuada, através da DIEF, com o valor registrado nos extratos emitidos pelas administradoras



de cartão de crédito, considerando omissão de venda a diferença a maior do segundo em relação ao primeiro.

Destaca-se que os montantes das vendas declaradas nas DIEF's foi deduzido do total das vendas informadas pelas administradoras de cartão de crédito/débito, sendo tributada somente a diferença apurada.

E não poderia ser diferente, pois se o valor das vendas declaradas pela empresa é inferior a movimentação financeira revelada pelas operações com cartão de crédito/débito, é de se concluir que parte das vendas realizadas pela empresa não estava acobertada por documento fiscal.

Em face das conclusões acima e considerando que o contribuinte não apresentou nenhum elemento hábil a descaracterizar as provas produzidas não há como recepcionar os argumentos edificados em sua impugnação como suficientes para ilidir a acusação fiscal.

As provas produzidas são suficientes para caracterizar o ilícito fiscal. Contudo, há que se realizar um ajuste na base de cálculo do imposto, posto que devem ser consideradas no levantamento efetuado as operações interestaduais realizadas pela parte e que se encontram declaradas na DIEF. Dessa forma, após procedidos aos ajustes pela Célula de Perícias, apurou-se uma nova base de cálculo no montante de R\$ 208.854,65 (duzentos e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Diante do exposto, não há dúvida quanto à caracterização do ilícito denunciado, por infringência ao art. 169, inciso I e 174, I, ambos do Dec. nº 24.569/97, que impõe aos contribuintes do ICMS a obrigatoriedade de emitirem nota fiscal quando promoverem a saída de mercadorias dos seus estabelecimentos, *in verbis*:

Art. 127. Os contribuintes do imposto emitirão, conforme as operações e prestações que realizarem, os seguintes documentos fiscais:

- I - Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A;*
- II - Nota Fiscal de Venda a Consumidor, modelo 2;*
- III - Cupom Fiscal emitido por equipamento emissor de cupom fiscal (ECF);*

Art. 169. Os estabelecimentos, excetuados os de produtos agropecuários, emitirão Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, anexos VII e VIII:

- I - sempre que promoverem a saída ou entrada de mercadoria ou bem;*

Art. 174. A nota fiscal será emitida:

- I - antes de iniciada a saída de mercadoria ou bem;*

Com relação à alegação da parte de houve equívoco na valoração dos dados obtidos junto às administradoras de Cartão de Crédito, como já demonstrou-se nos parágrafos anteriores, este

argumento não prospera, tendo em vista referidos relatórios são bastante claros, pois apresentam as vendas detalhadas por operação, por data de operação, com totalização mensal, não necessitando de nenhum trabalho apurado, mas simplesmente de um confronto com o montante das operações declaradas pelo contribuinte à Sefaz.

No que pertine ao Princípio da Tipicidade Tributária, entendo que este foi objetivamente atendido, porquanto, a infração narrada na peça vestibular tem previsão legal e está amparada em robustas provas, quais sejam, os relatórios fornecidos pelas administradoras de cartão de crédito/débito em confronto com as operações declaradas em suas DIEF's durante o exercício de 2010.

Desta forma, em face das provas constantes dos autos, entendo que o contribuinte cometeu a infração narrada na inicial, razão pela qual fica a empresa responsável pela ação cometida, sujeita à penalidade inserta no art. 123, inciso III, alínea "b" da Lei nº 12.670/96.

Isto posto, voto pelo conhecimento do ordinário, dar-lhe provimento, em parte, para reformar a decisão recorrida e declarar a **PARCIALMENTE PROCEDÊNCIA** da autuação, com base em laudo pericial, nos termos do voto do Conselheiro Relator, conforme manifestação oral do representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

DEMONSTRATIVO

BASE DE CÁLCULO	R\$ 208.854,65
ICMS	R\$ 35.505,29
MULTA.....	R\$ 62.656,40
TOTAL.....	R\$ 98.161,69



DECISÃO


Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **M SOARES DA SILVA** e recorrida **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**


A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, após conhecer do recurso ordinário interposto, resolve por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso, reformando em parte a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, julgando **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente ação fiscal, com base em laudo pericial, nos termos do voto do Conselheiro Relator, conforme manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

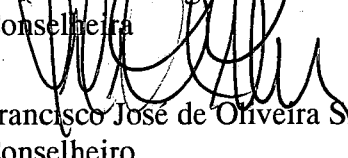
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 5 de 07 de 2016.


Francisca Marta de Sousa

PRESIDENTE



PR/ Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro


DIR Ana Mônica Filgueiras Menescal
Conselheira

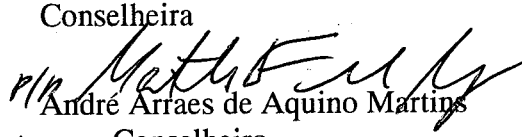

PIR Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro

Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro


Sandra Arraes Rocha
Conselheira


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro

Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira


PIR André Arraes de Aquino Martins
Conselheiro


Matheus Viana Neto

PROCURADOR DO ESTADO

CIENTE: 5 / 07 / 16